
095ª SESSÃO ORDINÁRIA 11OUT2017

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, servidores da Câmara, colegas funcionários públicos que estão aqui mais uma vez, presentes em mobilização. Queria relatar que eu havia me comprometido – assinei o manifesto – de ter ido ontem lá na audiência do DMAE e não pude ir porque estava numa atividade em Sapucaia, mas queria muito ter estado lá, assim como, na quarta-feira da semana passada, eu tinha me comprometido de abrir o diálogo com os servidores. E eu tenho uma opinião muito pessoal de que o que está acontecendo com vocês é consequência não de uma gestão só, mas é consequência de gestões após gestões. Gosto de reafirmar isso porque muitos partidos aqui dentro inclusive estiveram na Prefeitura durante muito tempo; o próprio PT, por exemplo, esteve por 16 anos na Prefeitura, e eu não acho que a culpa é de um Governo. Eu não sou daqueles que acha que um Governo é totalmente ruim e outro não é. Houve um diálogo com o Gustavo ontem, mesmo, talvez, não sendo o ideal. Na segunda, eu havia falado que iria sentar com o Prefeito Marchezan, eu tinha me comprometido de fazer isso, porque eu sabia que, realmente, com o PT, o PSOL e o PDT não haveria diálogo com o Governo – o Prefeito deixou bem claro isso, que não vai aceitar nada a partir desses partidos. Mas a partir da Câmara de Vereadores e fundamentalmente com os servidores... Ontem, a agenda com ele era às 13h20min, ele tinha uma entrevista para dar as duas e pouco, mas segurou para me escutar. Sentamos, eu acho que por uns 30 ou 40 minutos, e falei aquilo que disse segunda-feira. Então, não estou fazendo nenhum jogo, Fernanda, que é o pedido, na verdade, para que se retire o PL para discutir posteriormente, que é no que eu acredito, mas não agora. Eu acho que tem várias coisas para serem discutidas, mas retire para a gente ganhar um tempo e discutir com os servidores, porque o que eu não acho

correto e não acharia em qualquer governo, infelizmente governo após governo – estão aqui os servidores provando isso – é que se empurre tudo para os servidores pagarem. Eu, aqui na Câmara mesmo, sempre votei – e reafirmo – o reajuste dos servidores, até contra o reajuste dos Vereadores, Alex, tu sabes muito bem disso. Eu acho que os servidores são os que ficam, quem constroem a Cidade – eu não me canso de dizer isso. Falei ao Prefeito ontem sobre isso, porque as gestões vão passar, e o que não pode, na minha opinião, é nós deixarmos um conjunto de servidores, Thiago, desestimulados, desanimados, querendo se aposentar, querendo sair do seu emprego de qualquer forma. Eu acho que para uma gestão dar certo, seja ela do PT, seja ela do PSDB ou do PMDB, a primeira coisa que tem que ter é um canal de diálogo e de reforço da relação com os servidores. Não adianta, essa é a saída, a política inclusive. Assim como os servidores podem acabar com uma gestão, eles podem ajudar a Cidade ser uma cidade referência para o País e para o mundo. Para isso, não é com meia ou com dez CCs que tu vais ajeitar a Cidade; por mais que se tenha gestão, tu precisas dos servidores. Então, nesse sentido, eu falei ontem com o Prefeito durante esses 40 minutos para reafirmar, Terres, o que te falei ali: que, na minha opinião, retira-se isso, debate-se, discute-se e principalmente ganham os servidores para a discussão, ganham os servidores para atuarem junto com o Governo, porque eu canso de ver, e isso não é só desta gestão, uma interrupção entre os servidores, os políticos e os gestores. Muitas vezes, os gestores das secretarias nem sabem quem são os funcionários pelo nome, nunca cumprimentaram um funcionário de carreira que trabalha ali há 20, 30 anos. E aí não tem como construir absolutamente nada melhor para a Cidade, seja para Porto Alegre ou para outra cidade. Eu mesmo, por exemplo, falei com os servidores do Departamento dos Animais – são poucos e estão com várias dificuldades –, para ver quais eram as dificuldades, assim como em todas as secretarias, assim como em cada escola, assim como no lixo, assim como nos postos de saúde. E me sensibilizou muito o Alexandre, que levou uma comissão ao meu gabinete, com vários representantes de vários setores do Município, e uma senhora que, assim como eu, gosta dos animais e começou a chorar comentando que ela e o marido eram servidores públicos municipais. Acho que esse não é o ambiente para criar hostilidade, criar medo nos servidores; acho que temos que estar juntos, lutando e dialogando. Por isso, ontem fui lá fazer esse pedido para o Prefeito Marchezan, de retirada desse projeto. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DR. THIAGO: Caros colegas municipais presentes aqui hoje, eu quero acusar o recebimento do manifesto dos meus colegas servidores da saúde e dizer que, na manhã de ontem, eu senti, na reunião, um constrangimento das pessoas que representavam o Governo, porque, efetivamente, muitas daquelas pessoas, servidoras de carreira, algumas das mais variadas secretarias, não coadunam com a forma como está colocado esse projeto. A gente observa que os principais secretários do Governo são funcionários públicos de carreira e aí vê o Chefe do Executivo falando mal dos servidores públicos – mas que contra-senso! Se os servidores públicos são piores que os da iniciativa privada, como vou convidá-los para fazer parte do escalão de elite, para serem Secretário da Saúde, Secretário da Fazenda, Secretário Parodi, Procuradora-Geral do Município – os quatro principais Secretários? Por que convidar funcionários públicos de carreira para fazer parte do primeiro escalão, da linha de frente? Há um contra-senso. Alguma coisa não está fechando! É imperiosa a retirada imediata dos três projetos da Câmara Municipal. O Prefeito tem que entender que a população da Cidade está sofrendo com a falta dos serviços públicos, com a precarização dos serviços públicos; a população está sofrendo na área da saúde, na área da educação, na área dos serviços. Quem está sentindo a falta dessas ações é a população de Porto Alegre. Então, em nome do bom senso, em nome do diálogo, é importante que se faça isso. Nós não vamos tolerar nesta Casa, e acho que falo pela maioria: diminuição do salário dos servidores. Os projetos significam diminuição de até 50% na remuneração dos servidores, e as pessoas optaram pelo serviço público, Ver. Camozzato, elas selaram um contrato quando fizeram o concurso público, esse contrato precisa ser respeitado, e não pode ser quebrado nem por um monarca!

Para terminar, eu quero dizer, em alto e bom som: esta Casa também não vai tolerar o uso político dos regimes de trabalho. Isso foi construído por décadas! Isso não pode ser usado politicamente, seja por qual partido for! Isso é da instituição, são situações de Estado, não são questões de governo. Então, para melhorar o diálogo, para poder

avançar, para que as pessoas possam ficar um pouco mais tranquilas, eu, como Presidente da Comissão, solicito... Nós já fizemos três reuniões externas e três reuniões internas pela Comissão, e nas três externas nós tivemos a participação de mais de mil servidores. Então, em nome disso, em nome do bom senso, em nome do diálogo, é imperioso que o Executivo retire os três projetos, para discutir melhor com os servidores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e a todas, eu queria saudar os valorosos companheiros da categoria municipal. Em nome da oposição, saúdo essa categoria guerreira, que tem enfrentado, de cabeça erguida, numa guerra histórica, um Governo antipopular, um Governo recessivo e um Governo inimigo dos servidores públicos. Uma categoria que já estava fazendo verdadeiros atos de heroísmo, atendendo, durante dois meses, sem gaze, na UBS Restinga; atendendo no Hospital de Pronto Socorro, sem técnicos de enfermagem suficiente, sem ter lençol no hospital; dando aula, numa rotina escolar, que piora a qualidade das escolas e faltando professor em cada uma das escolas da rede, atuando na assistência social, que está colapsando dia a dia, e, para completar, este Governo, que é o verdadeiro Hobin Hood às avessas, tirando dos pobres para dar para os ricos, atacando a segunda passagem gratuita, atacando o meio passe, este Governo mandou esses PLs que são uma vergonha e um desmonte do serviço público. Faço minhas as palavras do Ver. Dr. Thiago, quando ele falou cada um dos problemas dos PLs, no que diz respeito ao regime, no que diz respeito à questão do contrato do concurso público ou mesmo à mudança da data do pagamento, que é uma forma de fugir da Justiça, porque a luta da categoria também conseguiu uma liminar no Judiciário obrigando o pagamento integral dos salários, porque nem um juiz o Marchezan conseguiu convencer que não tem dinheiro, porque basta olhar no Portal Transparência e ver que todos os meses, todos os meses eles estão pagando outras instituições, até instituição financeira, enquanto o salário da categoria ainda está parcelado. E nós estamos vendo que uma categoria valorosa foi obrigada a entrar em greve diante da

intransigência e do autoritarismo do Governo. Nós, que estivemos ontem, depois de uma decisão correta da Câmara de Vereadores em que 24 Vereadores assinaram um ofício pedindo a retirada do PL, junto com o comando de negociação, levamos ao Vice-Prefeito Paim esse ofício, e ficou claro que o Governo não quer negociar em relação aos pontos. Lamentavelmente, é um Governo intransigente, é um Governo autoritário e é um Governo que tenta derrotar conquistas históricas da categoria, mas, mesmo um Governo com essas características, que mente na televisão que os CCs é que fazem os serviços da Prefeitura – e a gente sabe que quem está lá no barro quando tem enchente são os servidores do DEP, a gente sabe quem está lá na comunidade são os colegas que estão aqui ou lá na ponta –, que mente sobre as FGs, que mente sobre a rotina escolar, que fala grosso, porque é, muitas vezes, uma postura de um guri mimado, como se fosse monarca, como se fosse reizinho, mas embora ele fale grosso, Ver. Carús, é um Governo que cada dia se isola mais, um Governo que já foi derrotado por esta Câmara no IPTU, é um Governo que foi derrotado agora na votação da LDO, com a emenda que aprovamos, porque ele tentou tirar a reposição da inflação pela questão da lei. Vocês lembram bem que nós todos derrotamos aquela legislação que tirava a obrigatoriedade da reposição da inflação, porque eles não querem ficar com dívidas depois no Judiciário. Pois eles mandaram, na LDO, um artigo que dizia que só teria reposição da inflação se aumentassem as receitas. Nós tiramos isso da LDO, e o Governo foi derrotado mais uma vez nesta Câmara de Vereadores. Agora, esta combinação é possível, porque existe uma luta real e concreta, uma greve histórica da categoria, piquetes fortes, construção e mobilização, apoio da comunidade, inclusive hoje novas pessoas estão entrando em greve para forçar a luta de todos pela retirada dos PLs. Hoje! Esta pressão, junto com o apoio e unidade da população – vocês estão vendo que o povo está aplaudindo os servidores de carreira, está aplaudindo a luta da categoria, isso a gente vê nas comunidades, nos questionamentos do Orçamento Participativo – é que pode fazer com que a gente derrote cada um desses projetos de lei. E se nós, Ver. Dr. Thiago, a nossa Comissão colheu 24 assinaturas; hoje estamos colhendo assinaturas para uma moção de solidariedade pela retirada dos PLs, porque sabemos que é necessário ter os instrumentos que mostrem esta visão, agora, neste momento, unânime: 65% da Câmara está a favor da luta dos trabalhadores. Boa luta, boa greve, contem com a oposição nesta batalha árdua para derrotar estes projetos de lei.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo, prezados Vereadores e Vereadoras, que grande responsabilidade temos nós, neste Legislativo, diante de um Governo sem diálogo e com muita truculência, que ataca funcionários e ataca políticas públicas. E eu quero que nesse momento em que os nossos colegas chamam o meu nome ou o nome de outros Vereadores, saibam todos vocês que é uma chamada para todos nós, Ver. Dr. Thiago, sobre essa responsabilidade, Ver. Prof. Alex, de ajudar os municipais a fazer o Prefeito perceber o quanto ele se equivoca na sua gestão na cidade de Porto Alegre, o quanto ele não está a altura desta valorosa Cidade.

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: E esta Câmara tem a responsabilidade de recompor o caminho da democracia, da história da Cidade, que é uma história de respeito, de construção das políticas públicas, de construção de um funcionalismo respeitado, forte, qualificado. Todo mundo gosta muito e disputa vaga em concurso para cidade de Porto Alegre, porque se orgulha de trabalhar em uma Cidade – orgulhava-se! – onde funcionário tinha muito compromisso com o serviço público, porque tinha muita participação direta. E funcionário tinha que responder à população e tem, nos conselhos locais de saúde, nos conselhos de educação, conselho escolar; ninguém trabalha sem controle social, respeita e dialoga nos conselhos do Orçamento Participativo, conselho do Plano Diretor. Todos os funcionários, na história da cidade de Porto Alegre, aprenderam a respeitar e a ampliar a democracia e se qualificar ainda mais para responder ao desafio de uma Cidade participativa, séria, politizada. Infelizmente, a gente tem uma nova postura, uma postura que ignora tudo isso, que destrói esse diálogo, que destrói a política pública e que despreza o funcionalismo Municipal. Portanto, eu queria valorizar o teu papel, Ver. Carús, que tem sido muito importante na bancada do PMDB, que é fiel, dá balança muitas vezes. Queria valorizar a manifestação dos 24 Vereadores e Vereadoras na segunda-feira, que

eu sei que é uma manifestação que seria por maioria, Ver.^a Mônica. Aliás, todos fariam, é óbvio que vários da base do Governo de outra forma ajudaram abrir o diálogo, e eu quero valorizar, portanto, toda esta Câmara de Vereadores. E quero dar mais alguns argumentos de por que esta greve é tão justa. Quero falar com os Vereadores e Vereadoras que não gostam e não querem que a Cidade seja prejudicada por uma greve, e nós não queremos. Mas, gente, é outubro, e o Prefeito já tentou mudar a lei do reajuste do funcionalismo só para recompor a inflação e não queria mais em lei. O Prefeito arrochou o salário! O Prefeito forçou a mudança do Previmpa sem a opinião técnica favorável do Previmpa! O Prefeito vem ameaçando os servidores, descontou o dia de paralisação que nem o Governo Sartori descontou – não descontou! O Governador Sartori possibilitou a recuperação. O Prefeito vem desprestigiando os funcionários na imprensa; agora, enaltecendo os CCs e dizendo que são melhores que funcionários. E foi só em outubro, no quinto mês de parcelamento, que os funcionários municipais, preocupados com esses projetos danosos, dramáticos, que destroem a carreira e a vida funcional, entraram em greve – outubro, num ano truculento como este!

Vou dar outras razões, gente, hoje está na internet, está ali para todos verem, Ver. Mauro Zacher, que está pontecendo o tema do Tribunal de Contas. A Prefeitura já arrecadou R\$ 4.394 bilhões no mês de setembro, isso é muito mais do que a metade que estava previsto de orçamento. O orçamento está sendo realizado, vou insistir nisso, portanto o parcelamento de salário, quando a Prefeitura coloca que salários, neste mês, vão custar R\$ 139 milhões, quando ela arrecada por mês R\$ 550 milhões, R\$ 500 milhões, dependendo do mês. Significa que parcelamento de salário é proposital, é assédio, é de propósito, é para oprimir os municipais, é para fazer valer, explico, é para convencer, gente, Vereadores e Vereadoras, é proposital e é para convencer a sociedade que tem que tirar a carreira, que tem que tirar o estímulo na carreira, que tem que tirar regime, que tem que oprimir funcionário, que tem que tirar hora extra, essa mentira é para isso. Isso é muito perverso! Um gestor que dispensa o seu funcionário é um gestor que vai fracassar, é uma política pública que não vai funcionar, e nós dissemos isso para o Vice-Prefeito Paim, ontem pela manhã. Não é possível, o Prefeito tem que se orgulhar de gastar com funcionalismo, porque o primeiro e o mais importante gasto é aquele que coloca o enfermeiro na frente do paciente, que coloca o professor na frente do aluno, que coloca política pública atendendo a população, e é disso que nós nos orgulhamos. Portanto,

vamos trabalhar pela retirada do projeto. A Câmara de Vereadores está certa. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores que acompanham os nossos trabalhos na tarde hoje; colegas municipais que lotam mais uma vez as galerias na luta por dignidade, na luta pelo cumprimento do que determina a legislação, que é o pagamento em dia dos seus honorários. Uma saudação também às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores.

Em nome do meu partido, PSOL, gostaria de fazer algumas manifestações e, num primeiro momento, saudar a grande manifestação que tivemos ontem na assembleia dos municipais, na Casa do Gaúcho. Confesso que me emocionei, estava presente acompanhando as discussões e, desde que sou municipal e acompanho esses movimentos, acredito que aquele foi o momento de maior vibração, de maior emoção pelo menos para mim. Não sei qual a leitura que os colegas fizeram, mas parablenizo todos por aquele momento que me proporcionaram na tarde de ontem, o que para mim demonstrou, sim, e muito claramente, que a categoria está coesa, está unida, que existem algumas divergências quanto às práticas, mas que todos estão lutando pela manutenção da sua dignidade. Os servidores públicos desta Cidade estão lá na ponta, em contato direto com a população, nos diferentes locais da nossa Cidade, nos diferentes bairros, principalmente naqueles mais periféricos; somos nós, servidores públicos, que ouvimos em nome da Prefeitura todas as críticas da sociedade, críticas à falta de material, quando não é nossa culpa, quando a culpa é, principalmente, do Paço Municipal e de quem os assessora diretamente. Nós, servidores públicos municipais, muitas vezes abdicamos de carreiras na iniciativa privada, que tanto o Prefeito Júnior exalta, e trazemos a nossa experiência, a nossa qualificação profissional para prestar o serviço à população que mais necessita, a população mais carente desta Cidade. Eu, particularmente, abri mão de contratos com pré-vestibulares particulares justamente para ser professor do Município. E não foi por conta de melhor remuneração.

Eu gostaria também de parabenizar todos os Vereadores e Vereadoras que estão, de uma forma ou de outra, tentando contornar ou abrir janelas de diálogo com essa gestão que não ouve. Uma coisa é dizer que está aberta ao diálogo, mas tapar ambos os ouvidos e negar reiteradamente tudo que chega dentro das reivindicações. É o que o Governo tem feito: negar. Não há intenção ou o mínimo sinal de que haja a menor perspectiva de sentar para chegar a um bom termo, o Prefeito nega reiteradamente e, infelizmente, mente.

Portanto, parabéns aos Vereadores que estão engajados nessa luta, mesmo aqueles da base governista, como a Ver.^a Mônica Leal, o Ver. Luciano Marcantônio, aqueles Vereadores também independentes que têm, desde o início dessa gestão, mesmo não sendo Vereadores de oposição, se mantido fiéis e ao lado dos servidores. Ver. Carús, meus parabéns, pois está do lado, sim, dos servidores desta Cidade.

E para terminar a minha fala eu gostaria de colocar algumas manifestações que têm me desagradado ao acompanhar as entrevistas que o Prefeito vem, reiteradamente, dando aos veículos de comunicação. Os regimes não são benesse, os regimes e as gratificações foram construções de gestões que perceberam que não podiam aumentar, naquele momento, o salário dos servidores e chegaram, através de negociação, ao pagamento dessas gratificações justamente para garantir um pouco mais de qualidade e dignidade para essas pessoas, portanto não são benesses, não somos privilegiados. Os regimes oferecem aos servidores públicos que eles se dediquem integralmente – integralmente! – aos seus trabalhos e não assumam outros compromissos profissionais. (Palmas.)

Portanto, senhoras e senhores, é uma deslavada mentira o que é proferido pelo Prefeito Nelson Marchezan Júnior de que nós temos este grande escopo de benesses. Não temos. Os regimes são justamente para que nós não assumamos outros compromissos e possamos nos dedicar integralmente à prestação do serviço à população de Porto Alegre – é para isso que eles foram criados, é por isso que eles existem. Um grande abraço a todos, continuemos na luta.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MAURO ZACHER: Muito boa tarde, servidores do nosso Município, Vereadores e Vereadoras, Presidente Cassio, eu não me cansarei de voltar a esta tribuna enquanto o governo não atender o pedido de 23 Vereadores, não atender esta greve, esta paralisação extremamente legítima e representativa, enquanto não nos atender retirando esses projetos da Ordem do Dia, da Pauta, porque não acredito ser possível uma organização, seja ela pública ou privada, se não tiver seus servidores engajados, comprometidos, felizes naquilo que realizam todos os dias. Seria impossível imaginar que nós pudéssemos manter os nossos serviços, na área da saúde, na área da educação, os serviços básicos da Prefeitura, sem os nossos mais de 20 mil servidores que exercem, com muita honra, com muito reconhecimento e que são motivos de orgulho para nós, pois esse é o grande patrimônio que nós temos. São os nossos servidores que estão lá, diariamente, cumprindo sua missão, porque definiram, lá atrás, e tomaram uma decisão importante para sua vida, quando decidiram ser servidores públicos. Quando decidiram ser servidores públicos, abriram mão de outras carreiras, quem sabe, muito mais bem remuneradas, muito melhor reconhecidas; eu não tenho a menor dúvida de que, sempre, com melhores condições que vocês têm no serviço público. Infelizmente, quando chega uma crise, que é a que estamos enfrentamos, alguns, como o nosso Prefeito, procuram o caminho mais fácil. Sabe qual é o caminho mais fácil? Aumentar impostos, mexer em direitos, perseguir os nossos servidores, porque essa é a equação mais fácil. Mas, na campanha, dizia que era uma nova atitude. Na campanha não dizia nada disso, na campanha, é uma maquiagem, é perfumadinho pelo *marketing*. Não dizem o que vão fazer quando governam, mas aí, quando assumem o Governo, fazem completamente o contrário daquilo que disseram ou não disseram na campanha. É um outro Governo. Então, meus amigos, nós conhecemos, de muito longe, essa política velha, essa política atrasada que persegue aqueles que não se curvam, que fazem com que a crise seja o motivo para a tentativa da venda do patrimônio público de nosso Município. Vender o DMAE beira o absurdo, e entregar a Carris, que é o que eles querem, beira o absurdo. Não é isso que a Cidade quer. Esta Casa já mostrou que este projeto de Governo não tem representatividade aqui nesta Casa e não tem legitimidade perante a população. Por isso, Sr. Prefeito, esperamos que este Governo tenha a sensibilidade e a lucidez para retirar esses projetos que atacam diretamente a carreira dos nossos servidores, que

tentam vender o nosso patrimônio público e que possamos abrir uma grande negociação, de discussão, de diálogo, que a gente pare de querer tirar a participação popular, que a gente não tire os poderes poucos que já não têm nossos conselhos municipais e que possamos construir um ambiente de união, onde a gente possa contar com os nossos servidores para que venhamos a enfrentar as crises, as necessidades, mas com os nossos servidores, com a nossa Câmara de Vereadores, com a nossa Cidade engajada apenas no projeto e melhorar a vida dos nossos cidadãos. Muito obrigado. Contem com o nosso PDT, com a nossa bancada, pois estamos juntos nesta luta.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Boa tarde, Presidente Cassio, colegas, em primeiro lugar gostaria de ler, rapidamente, um ofício que está vindo para esta Casa, sendo protocolado neste momento, assinado pelo Vice-Prefeito, Sr. Gustavo Paim, que recentemente recebeu o SIMPA junto com vários Vereadores desta Casa (Lê.): “Porto Alegre, 11 de outubro de 2017. Senhor Presidente, O Executivo Municipal vem, por meio desse ofício, solicitar, respeitosamente, que seja dada prioridade de tramitação aos Projetos do Executivo PLCE nº 06 (Lei Antivandalismo), PLCE nº 09 (Fundo Municipal de Segurança), PLE nº 16 (Lei dos Aplicativos) e PLE nº 18 (Lei dos Táxis), por entender estarem em estágio maduro de debate. Com a priorização de tramitação dos projetos acima referidos, haverá mais tempo para o devido e amplo diálogo com a Câmara de Vereadores e com a sociedade relativamente aos projetos que tratam das despesas de pessoal. Sendo o que se apresentava neste momento, expressamos nossas mais cordiais saudações. Gustavo Paim, Vice-Prefeito.”

(Manifestações nas galerias.)

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Obrigado, Presidente. Gostaria de dividir com os Pares aqui, e eu sempre de uma forma muito respeitosa, compreendo, apoio, e sempre digo que esta Casa democrática tem nos Vereadores a representação de chegarem a

esta tribuna e dizerem seus motivos de votarem não, de votarem sim todos os projetos. Recentemente, tivemos aqui projetos que adentraram a madrugada, e na realidade vários Vereadores subiram aqui para dizer claramente que não abriam mão de legislar. Os Vereadores não abriam mão de legislar. Nesta Casa, com muito respeito, houve iniciativas da criação de comissão para discutir o projeto sobre remuneração de servidores, recentemente com ajuda da liderança do PP, da Ver.^a Mônica Leal, o Vice-Prefeito Gustavo Paim recebeu a comissão dos servidores, os colegas têm uma comissão para discutir esse projeto.

Quero corrigir o Ver. Mauro Zacher, que me antecedeu: esse projeto não está na Ordem do Dia, não está priorizado, eu gostaria só de concluir. Eu respeito e ouvi atentamente a manifestação dos senhores e das senhoras. Esse projeto não está na Ordem do Dia, e, de verdade, acompanhei na época dos meus pais, fui a assembleias do CPERS, do sindicato, e a gente entende que algo que está na pauta de assembleia não pode ser retirado da pauta para a assembleia discutir. Se for votado ainda neste ano, será lá no fim do ano.

(Manifestações das galerias.)

O SR. MOISES MALUCO DO BEM: Bom, para concluir, os Vereadores que, inclusive, já se manifestaram contra o projeto, vão ter a oportunidade de subir aqui e dizer os seus motivos, de votar contra o projeto e votar “não”. E também vamos ter Vereadores que vão dizer por que votam a favor do projeto. Isso é a democracia. Por isso...

(Manifestações das galerias.)

O SR. MOISES MALUCO DO BEM: O que se estranha, e a gente compreende todas as expressões, nós respeitamos... Agora, o que a gente pede, no mínimo, é que esta Casa tenha a sua instância democrática respeitada. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente Cassio, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, colegas servidores e servidoras do Município de Porto Alegre que estão conosco nesta tarde mais uma vez, eu tenho conversado bastante sobre a questão – e eu falo aqui em meu nome, em nome do Ver. Paulinho Motorista, em nome do meu partido, o PSB –, desde que os projeto chegaram aqui na Câmara, começou um grande movimento, um movimento contra os projetos, capitaneado pelos servidores públicos. Por quê? Em razão da pesada carga que se pretende impor ao servidor público. Eu sou Vereador de Porto Alegre desde 1989, já disse muitas vezes aqui, e aprendi bastante, até pelo tempo, e eu aprendi que, quando um projeto que aqui chega, meu caro Presidente, traz esse tipo de movimento, é preciso um olhar sereno de nossa parte, mas também do Executivo, principalmente do Executivo Municipal, tentar compreender o porquê desse movimento e da intensidade desse movimento. Eu ouvi agora o Ver. Moisés, que falava sobre a não urgência dos projetos, mas me parece que é exatamente o inverso que se pensa, porque essa não urgência causa, e continua cada vez mais causando, uma apreensão enorme nos servidores públicos, pois queiramos ou não, repito o que eu sempre digo, hoje a dose é pesadíssima. E é verdade que com esses projetos que aqui estão, se aprovados, que não serão, quase 100% dos servidores arcariam, se aprovados, com uma pesada redução dos seus vencimentos, e isso não seria possível admitir. Eu, com quase 30 anos de Câmara, vou repetir: a questão seria mais razoável se o Executivo retirasse os projetos para começar uma nova discussão, porque, enquanto os projetos estiverem aqui na Câmara, o rebuliço continua.

Eu vou encerrar dizendo que o melhor para Porto Alegre seria a retirada dos projetos e a composição de uma comissão ou de qualquer outro tipo de instituição que pudesse ser criada aqui – Executivo, Legislativo e servidores – para tentar sair desse impasse. É isso, aquele abraço!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, já que o Governo não quer tirar os projetos, essa mensagem deveria vir ao contrário: pedindo urgência urgentíssima para votarmos os projetos. O Prefeito, nas reuniões do Orçamento Participativo, diz que esses projetos são imprescindíveis para a Cidade e que terceirizar o serviço público é melhor ainda para Porto Alegre. Ele pede a priorização do PLCE nº 06, a lei antivandalismo. Quem vai cumprir essa lei antivandalismo são os funcionários públicos da Guarda Municipal. Ele pede para votar essa lei e ele continua sem respeitar esta Casa, prova disso é que ele manda um pedido de projeto que está recém em 1ª Sessão de Pauta, porque a Procuradoria da Casa viu vários erros nesse projeto e mandou de volta para a Prefeitura em 17 de maio e até hoje não voltou. E ele pede para priorizar o PLCE nº 09 que recém está na CCJ e pede para priorizar mais dois, o PLE nº 16, que é o dos aplicativos, quando tivemos uma reunião na terça-feira, agora, na CCJ, e o PL dos táxis, o qual eu sou o relator e nem fiz o relatório ainda! Eu não sou funcionário do Governo!

Estou recebendo sugestões dos meus colegas Vereadores, estou ouvindo os taxistas, as entidades de taxistas, e não fiz o relatório ainda! Agora tem um consenso da cidade de Porto Alegre que a população não está tendo acesso à saúde, que a população não está tendo limpeza urbana, não está tendo aula, que a Cidade está um caos!

O Prefeito desconsidera um manifesto de 24 Vereadores! E eu quero agora aqui dizer que participei de movimento sindical de 1979, quando tinha 16 anos, e quero dizer para vocês o seguinte: as greves mais vitoriosas da minha vida foram as greves por condições de trabalho, como a de vocês. Essa é uma greve por condições de trabalho, eu não vi ninguém aqui falar em aumento de salário. Eu vejo aqui as pessoas falarem em condições de trabalho, eu vejo aqui as pessoas falarem em direito adquirido.

Em toda a minha vida, em centenas de greves que fiz, eu nunca vi uma categoria tão preocupada com o povo, que chega ao ponto de dizer: “Retira os projetos que nós voltamos a trabalhar!” Isso vocês disseram para 23 Vereadores desta Casa. Então, se tem alguém radicalizando nesse processo é o Governo!

Então, meus nobres Pares, acho que chegou o momento de nós radicalizarmos, mostrarmos por que estamos aqui, por que os 36 chegaram aqui. Se a parte que se acha mais forte vai radicalizar, eu acho que chegou o momento desta Casa radicalizar! Chegou o momento da Casa dar a resposta, mas não para os municipais; chegou o momento desta Casa dar a resposta para o povo que está sem saúde, sem educação, sem coleta

de lixo, e não votar nada, enquanto o Prefeito não respeitar esta Casa e o povo de Porto Alegre, porque eles toparam voltar a trabalhar se retirasse os projetos. E o Prefeito, numa queda de braço com esta Casa e o com a população de Porto Alegre, ao seu bel prazer diz que não. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): (15h23min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em discussão o PLCL nº 021/10, com Veto Parcial. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCL nº 021/10, com Veto Parcial.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, cidadãos e cidadãs; é uma pena que, em alguns momentos, em cinco minutos, não dá para explicar a trajetória de um projeto de lei. Nós estamos discutindo um veto ao projeto do nosso colega André Carús. Ele propõe o Programa Municipal do Primeiro Emprego, ele propõe um programa, ele propõe uma política. Em nenhum momento, mesmo fazendo uma menção à possibilidade de utilização de recursos tributários, como do ISS – e ele sabe, como Vereador, que não pode fazer essa imposição ao Executivo, mas ele propõe um programa de primeiro emprego na cidade de Porto Alegre, assim como o Governo Federal fez o Pronatec, a mesma coisa. Só que, como o Governo Municipal não faz, o Vereador propõe, o Vereador vai ao encontro dos anseios da população. O que faz o Governo? Veta! Simplesmente veta. E mais: havia sido dito ao Vereador que, aprovado, o Governo sancionaria. Foi dado esse recado ao Vereador, e, agora, vem o veto. Ou seja, é possível acreditar num Executivo que diz uma coisa um dia e faz, no dia seguinte, uma coisa completamente diferente? Claro que não, absolutamente não! Por isso o parecer que eu dei na Comissão de Constituição e Justiça é pela rejeição do veto, pela manutenção do projeto do Ver. Carús, pela criação de um programa específico para o primeiro emprego na cidade de Porto Alegre. Nós precisamos disso!

Nós precisamos que a criança, já na primeira infância, tenha condições de estar numa creche comunitária, numa escola infantil. Por isso estamos empenhados na nova lei do

marco regulatório das organizações da sociedade civil, estamos acompanhando *pari passu*, por isso pedimos diligências no projeto que vem do Executivo sobre os conselhos, porque queremos a participação cidadã, nós queremos a participação do povo nas decisões da Prefeitura e da Cidade. Por isso eu vou solicitar a atenção dos colegas Vereadores para que a gente não aceite o veto do Prefeito Municipal, rejeitemos o veto, vamos manter esse projeto e trabalhar para que as novas gerações tenham dignidade humana, tenham dignidade de vida, que o Governo abra o caminho de programas de inserção ao nosso jovem no mercado de trabalho. Pelo primeiro emprego, pela dignidade, pela rejeição do veto já. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLCL nº 021/10, com Veto Parcial.

O SR. DR. THIAGO: Dentro daquela tônica que se tem observado, Ver. Carús, os projetos têm sido votados neste plenário, às vezes, por unanimidade, mas têm sido vetados, invariavelmente, lá no Executivo. O seu projeto é meritório, Ver. Carús, quero dizer isso e hipotecar a minha solidariedade, porque nós tivemos, há poucos dias, um projeto meu que dava a possibilidade de as pessoas, em situação oncológica, terem acesso diretamente à consulta, de não precisarem fazer o diagnóstico no hospital, serem encaminhadas ao posto para retornarem ao hospital. Foi aprovado nesta Casa por unanimidade e foi vetado lá no Executivo, e, por dois votos, foi mantido o veto aqui.

Quero dizer que voto com V. Exa. e já anuncio aos municipais que nos ouvem que temos aqui uma Moção de Solidariedade que será votada nesta Casa nos próximos dias, já assinada por quinze Vereadores, que solicita, formalmente, a retirada dos projetos dos servidores públicos da Casa. Praticamente todas as bancadas representadas aqui assinaram – PMDB, PP, PRB, DEM, PSB, PT, PSOL, PDT –, praticamente todas as bancadas da Casa entendem que o momento é equivocado, que a discussão não foi feita e que há, sim, um constrangimento do Legislativo em abordar uma matéria que sequer foi discutida no âmbito do Executivo Municipal. Portanto, votaremos a favor do seu projeto, Ver. Carús, contra o veto e protocolaremos, sim, uma Moção para que o Executivo retire os projetos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLCL nº 021/10, com Veto Parcial.

O SR. CASSIÁ CARPES: Quero saudar o Presidente da Casa, Ver. Cassio; Vereadoras, Vereadores; aos funcionários municipais que vêm a esta Casa hoje lutar pelos seus direitos uma saudação muito grande. Vocês devem ter visto que muitos usam as lideranças, eu não posso usar em respeito aos meus Colegas, mas quero deixar claro que fui um dos que assinaram aquele pedido de retirada, portanto estou junto com vocês. Fui Secretário de Obras da Capital, conheço muito o trabalho de vocês, contem comigo.

Mas para que fique bem claro como o Legislativo funciona: o Prefeito, muitas vezes, acha que manda em tudo, mas aqui fica claro que não e que, naturalmente, aqui é onde ele quer ter carta branca, e a Câmara não deixa. A Câmara tem essa prerrogativa, esta é a função primordial do Legislativo: não deixar qualquer prefeito achar que manda sozinho na Cidade e que pode fazer o que quiser! Ele tem todo o direito de vetar projetos. Às vezes, projetos como este, Ver. Carús, meritórios, que querem contribuir com a Prefeitura e com a sociedade. O Prefeito veta e não dá nem satisfações ao Vereador e nem à Casa, e, às vezes, entende que nós devemos assinar embaixo tudo o que ele quer para a Cidade. Não! Recentemente, aqui, não deixamos – foram 25 votos contra 10 votos e 1 abstenção – que ele aumentasse o IPTU sem dialogar com a sociedade. Sem dialogar com a sociedade!

Portanto vamos votar a favor do proponente e dizer para vocês continuarem nessa luta. A Casa precisa, sim, como disse o Janta, como disseram outros Vereadores, ter a sua legitimidade e executar as suas prerrogativas, que dentre elas, também, é ajudar e não deixar qualquer Prefeito fazer loucuras. Carta branca, não! Por isso, eu vou votar a favor, Carús, da tua proposição, porque entendo ser uma proposição meritória, que tenta ajudar o Executivo e a sociedade porto-alegrense. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o PLCL nº 021/10, com Veto Parcial. (Pausa.) O Ver. André Carús está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 021/10, com Veto Parcial.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, este projeto que cria o Programa Municipal do Primeiro Emprego tramita nesta Casa desde o ano de 2010, quando assumi o mandato pela primeira vez, na época na condição de Suplente. O projeto foi sendo construído, nós o desarquivamos no mês de fevereiro deste ano, retomando sua tramitação e foi aprovado no final do mês de maio, com um diálogo importante feito entre as bancadas independentes da situação e também da oposição. Porque é indiscutível que haja um espaço importante para que Poder Público ofereça políticas de oportunidades de acesso da juventude ao mercado formal de trabalho.

Na crise econômica em que nós vivemos, entre os 14 milhões de desempregados que hoje estão no Brasil, Porto Alegre e Região Metropolitana estão entre as áreas com o maior número. E nós temos, Ver.^a Mônica Leal, uma população de mais de 350 mil jovens em Porto Alegre nessa faixa etária dos 18 aos 29 anos. Fruto deste diálogo e da construção que fizemos quando o projeto foi aprovado em maio, com a Ver.^a Mônica encaminhamos a apresentação de uma emenda que vincula a concessão do benefício fiscal, que é o recolhimento por parte das empresas que aderirem ao programa do primeiro emprego, à situação atual da receita e da disponibilidade financeira do Município. O que nos causou estranheza foi justamente o Governo ter promovido o veto parcial no dispositivo que foi resultado desta emenda aprovada.

Então peço aqui o apoio das colegas Vereadoras e dos colegas Vereadores para que possamos rejeitar o veto parcial e evoluir para que esta seja uma lei sancionada. Porto Alegre seria pioneira, mais uma vez, num tema importante de inclusão dos jovens no mercado de trabalho. É criar oportunidade de inclusão da juventude para que ela possa trabalhar, disputando os jovens com a criminalidade, com a marginalidade, e buscar parceria do setor privado, porque, sem apoio do setor privado, esse projeto não avança. E deve existir, tenho certeza, por parte dos colegas Vereadores, sensibilidade suficiente para que possamos derrubar esse veto parcial, até porque há liberação da base neste sentido. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 021/10, com Veto Parcial.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde, colegas. Pegando um trecho da fala do Ver. Carús sobre sensibilidade no voto, fui contrário ao projeto nos primórdios, talvez eu tenha sido um dos únicos a votar contra esse projeto, pois, apesar de considerá-lo meritório e entender a situação que vivemos, acho que, uma vez que a gente cria incentivos para jovens, automaticamente cria incentivos para que o empreendedor e empresário contratem jovens em detrimento de muitos profissionais mais velhos, e aí está o nosso receio, de muitos profissionais de mais idade perderem seus empregos por haver vantagens inclusive tributárias em empregar jovens. Então, quando se faz esse tipo de intervenção e gera um incentivo que pode desequilibrar o mercado, eventualmente você pode estar ajudando uma faixa etária, mas prejudicando outra.

Neste sentido então, por uma ideia de isonomia e igualdade perante a lei, a gente acredita que deveria ser dado tratamento igualitário a todas as faixas etárias. Sim, estamos vivendo um momento de crise, e este momento passa por fazermos políticas públicas que promovam o desenvolvimento e a criação de vagas de emprego, independente da idade, por isso vou encaminhar novamente em contrariedade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 021/10, com Veto Parcial.

A SRA. MÔNICA LEAL: Presidente, Ver. Cassio, colegas, pessoas que nos assistem, sensível ao problema de cada um de vocês, já tenho demonstrado isso na vontade de recebê-los, entender e buscar uma solução junto ao Governo, com o Executivo, com o comando da greve, com o Simpa, enfim, todos nós aqui estamos... Já aproveito a oportunidade para explicar àqueles que estão gritando “assina” que eu não assinei aquele documento porque procurei a reunião com o Vice-Prefeito, fui a pessoa que busquei essa reunião, e, em menos de 24 horas, o Vice-Prefeito Paim desmontou a sua agenda e recebeu todos por quase duas horas, mostrando boa vontade. Então seria uma

incoerência eu assinar aquele documento na medida em que estava solicitando uma reunião com o Vice-Prefeito. Obrigada.

Quero dizer que o projeto do Ver. Carús é extremamente importante. E, como jornalista, vou ler a vocês o porquê, o motivo, a razão pela qual o Governo ficou sensibilizado depois que levamos essas informações e liberou a base. Nós vamos, sim, aprovar, e eu sou autora de uma emenda. Vejam bem (Lê.): “Um quarto dos jovens de 18 a 24 anos estão desempregados, o desemprego aumentou mais entre os mais jovens do que em outros segmentos da população no ano passado, tendo o número de trabalhadores sem ocupação batido um recorde no País, de acordo com dados divulgados pelo IBGE”. É muito preocupante. Quando fui Secretária de Estado da Cultura, mapeei o Estado do Rio Grande do Sul nas zonas onde havia mais índices de violência, nós conseguíamos perceber, Carús, que eram jovens que não tinham a oportunidade de fazer faculdade, que não tinham a oportunidade de emprego, que eram convidados a ingressar no mundo da droga.

Então, nada mais correto, nada mais certo do que oferecermos possibilidade de empregos para essa geração que está sofrendo, sim, e muito, com a falta de oportunidades. Por isso sou autora da emenda, por isso solicitei ao Governo que liberasse a base, para que aprovássemos o projeto do Ver. Carús, que é extremamente importante no momento de recessão por que o País, especialmente a cidade de Porto Alegre. Basta andar pelos bairros e ver a quantidade de placas “aluga-se” e “vende-se”. E nós temos que cuidar da vida dos cidadãos porto-alegrenses nos seus empregos, nas suas necessidades, nos seus anseios, como vocês estão aqui. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 021/10, com Veto Parcial.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, a manifestação da Ver.^a Mônica Leal, Líder do Partido Progressista, merece nosso aplauso e a nossa concordância, à medida que ela afirma com muita propriedade que obteve uma concordância do Governo de deliberar a base, que, certamente, utilizará essa liberação para votar em massa pela manutenção desse projeto de lei, que foi construído com muita

negociação. Sendo um veto parcial, veta exatamente aquela parte do projeto mais importante, a que corrigiria, a meu visto, eventual inconstitucionalidade e que foi fruto de ampla negociação comandada pelo autor com a participação da liderança do Governo da época e com a concordância de nós, independentes. O projeto não foi vetado na sua integralidade, teve um veto parcial, e o que é lamentável é que, na parte que foi vetada, existe o que de melhor o projeto continha, e isso é reconhecido pelo próprio Governo, que disse que é o meio pelo qual poderia se justificar a aprovação, e se justificou, mas, de outro lado, dizendo que é de difícil aplicabilidade dadas as dificuldades econômicas do Município no momento atual – é outro problema. Ao Executivo cabe administrar a Cidade, cabe a nós legislarmos.

A matéria, no entendimento dos Democratas, não tem inconstitucionalidade, nem na proposição nem na aprovação, por isso deve ser confirmada. Os Democratas votarão, tanto eu como Ver. Dr. Thiago, já foi dito na tribuna, pela manutenção do projeto do ilustre Vereador do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que há três anos pugnamos por essa proposição e que hoje nós vamos consolidar com toda certeza, espero eu que por unanimidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal o PLCL nº 021/10, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 30 votos **SIM**; 1 voto **NÃO**. Rejeitado o Veto Parcial.

Aprego o Memorando nº 03/17, de autoria do Ver. Ricardo Gomes, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação no “Congreso y Asamblea Relial 2017”, como Vice-Presidente da Mesa Diretiva da Red Liberal da América Latina, no período de 12 a 14 de outubro de 2017.

Em discussão o PLE nº 007/17, com Veto Parcial. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLE nº 007/17, com Veto Parcial.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo o nosso Presidente da Casa, Ver. Cassio Trogildo; colegas Vereadores e Vereadoras, municipais que estão presentes aqui no dia de hoje, com o nosso apoio, cidadãos que acompanham pela TVCâmara. O Plano Plurianual acontece a cada quatro anos, e cada governo que ganha a eleição, ao iniciar o seu

governo, manda para cá o Plano Plurianual, onde são estabelecidas as metas para os quatro anos. E nós, aqui, na ocasião em que votamos o Plano Plurianual, aproximadamente há quatro dias, apresentamos uma infinidade de emendas, na grande maioria vetadas. E a Emenda nº 06, que trata da prevenção de Aids em Porto Alegre, foi aceita pelo relator Ver. Felipe Camozzato, porque nós, na emenda apresentada, montávamos o índice de cobertura para os cidadãos portadores de Aids, saindo de 57% que é hoje, indo até 90% nos quatro anos. O Governo achou desnecessário isso. Ele mostrou claramente que as metas do Plano Plurianual, para ele, são infactíveis, não são importantes, não são necessárias.

Em relação a essa emenda que ele vetou, eu peço a sensibilidade dos nobres colegas Vereadores e Vereadoras, nobre Ver. André Carús, V. Exa. sabe muito bem que nós fizemos uma reunião na Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM, da qual V. Exa. é Presidente, onde houve uma reclamação de todo o segmento da saúde, que exigia, no mínimo, que se cumprissem as metas da Organização Mundial de Saúde, estabelecendo, no mínimo, 90% nesses quatro anos, até porque o próprio Governo, naqueles dias, estava fechando o serviço de testagem de HIV lá no postão da Cruzeiro.

Portanto, essa enorme indignação ao ver uma emenda dessa natureza vetada, ela tem que se compartilhada com todos os Vereadores e Vereadoras desta Casa, porque não só atinge o cidadão, mas atinge o servidor público, que quer atender bem o cidadão lá no posto de saúde ou lá na Cruzeiro. Nessa questão aqui levantada, eu peço a gentileza e a nobre sensibilidade dos colegas Vereadores para podermos, então, dar a resposta ao Prefeito. Se ele não quer, nós queremos, a população quer. E mais do que isso: sobre o problema de prevenção de Aids, Porto Alegre é uma das capitais com maior incidência, é quase o triplo das capitais brasileiras, não há como dizer não. Portanto “não” ao veto, por isso pedimos a sensibilidade dos Vereadores e das Vereadoras. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLE nº 007/17, com Veto Parcial.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, o veto, na realidade, se constitui, do PPA, de duas emendas, uma das quais é deste Vereador, que

trata da duplicação da Av. Vicente Monteggia. Uma via importantíssima da nossa Cidade para Zona Sul, Teresópolis, Nonoai, Cavahada, a própria Vila Nova, que cresceu exorbitantemente. Portanto eu acredito que seja um momento oportuno para começar a fazer aquela obra. O Plano Plurianual vai de 2018 a 2021, portanto nesse período pode muito bem ser construída aquela via, que traz um gargalo enorme de congestionamento naquela região. Então, como eu disse, o PPA vem em conjunto com as duas emendas vetadas, sendo uma delas a da Vicente Monteggia, e peço aos meus Pares que possamos derrubar este veto, ter a legitimidade, e isso é uma iniciativa desta Casa, que a gente possa analisar essa via tão importante, e a Prefeitura, que tem uma verba que nós aprovamos aqui de 120 milhões – 45 do que devia e 75 para concluir as obras da Copa, que é outra coisa, ficaram atrasadas ou incompletas. E, naturalmente, a Vicente Monteggia, essa via importante, a Prefeitura pode dar um passo importante, até porque essa luta vem deste Vereador e de vários Vereadores desta Casa, já é a terceira vez que eu passo nesta Casa e automaticamente não foi enfrentada por parte da Prefeitura essa obra tão importante.

Peço aos Srs. Vereadores, portanto, que acolham a derrubada deste veto para que a Prefeitura comece, o Município de Porto Alegre comece a fazer esta que é uma das obras mais importantes da Cidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLE nº 007/17, com Veto Parcial.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores, eu vou, em princípio, continuar a complementar ou trabalhar em cima da fala que fez o Ver. Cassiá Carpes, que me antecedeu nesta tribuna, uma fala, diga-se de passagem, bastante qualificada, demonstrou conhecimento da área.

Eu cresci no bairro Vila Nova e tenho bastante contato com a região, pois ainda moro ali na localidade, no bairro Campo Novo, vizinho ao bairro Vila Nova. Todos os habitantes de Porto Alegre que moram na zona sul conhecem a triste realidade que é o trânsito, o ir e vir do Centro de Porto Alegre até a zona sul de Porto Alegre; principalmente, nos chamados horários de pico, é insuportável. O bairro Vila Nova e o bairro Campo Novo tiveram um

aumento vertiginoso de construções, moradias e não houve o acompanhamento da ampliação dos acessos viários a essas localidades, bem como não houve qualificação do transporte público. Sabemos que, para desafogar o trânsito, é uma prática razoável o investimento em transporte coletivo, quanto maior a quantidade de ônibus, de lotações, de opções para as pessoas menos carros nós teremos nas ruas, mas, infelizmente, o bairro Campo Novo, que teve triplicada nos últimos anos a sua população, não recebeu sequer aumento na frota que leva e traz a população desse bairro. Portanto, é uma necessidade, sim, dessa região. Nós temos a Av. Vicente Monteggia como um acesso direto também à Estrada Costa Gama, que faz também escoamento de boa parte do trânsito para os bairros do Extremo-Sul, como Restinga, Chapéu do Sol, Lageado, Lami, e também um bom acesso para quem quer desviar um pouco da grande tranqueira, que é a Av. Cavallhada, para o Belém Novo.

E vou precisar externar toda a minha decepção com relação ao veto que tentou qualificar o PPA para que houvesse um comprometimento da Prefeitura desta Cidade em diminuir os índices de doenças transmissíveis. Nós vivemos na Capital brasileira com o maior índice de HIV! Isso não é orgulho para nós, porto-alegrenses! Não é orgulho, isso é uma lástima! Eu lembro que, quando eu estava na 5ª série do 1º Grau, à época, em 1987, nós, cidadãos, éramos bombardeados com campanhas massivas de educação, por conta daquela maluca epidemia que ninguém sabia ao certo como era transmitida, que era a questão da AIDS. Avançamos muito, diminuímos os índices, educamos a população, porém, nos últimos anos, tivemos uma falta de investimento, aliás, tivemos um desinvestimento nessas políticas públicas. E, na contramão da racionalidade, nós deixamos de investir. Estamos vendo os números crescerem ano após ano e não reagimos!

A emenda visa justamente a isto: diminuir a transmissibilidade dessas doenças que passam, principalmente, por conta do esclarecimento da população. Nós não podemos abrir mão disso. Porto Alegre é a Capital campeã brasileira em casos de HIV positivo! Isso é lamentável! E nós precisamos de uma Prefeitura engajada, do lado do cidadão e do lado da saúde pública. O Prefeito não sabe que, quanto menor o índice de doenças, menos dinheiro tem que se gastar com tratamentos? O tratamento para soropositivos é muito caro, a prevenção é mais barata. Então, precisamos dessa responsabilização, isso

é racionalidade, é coerência. E, infelizmente, não são qualidades demonstradas no Paço Municipal, o que envergonha aos cidadãos porto-alegrenses.

Portanto, peço a todos os Vereadores e Vereadoras a derrubada deste veto, que é irracional – é o adjetivo que tenho para designá-lo. Um grande abraço a todos e seguimos os trabalhos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLE nº 007/17, com Veto Parcial.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, eu fui o Relator deste projeto que tratou, entre diversas emendas que aprovamos, do voto de uma emenda, a Emenda nº 01, e uma subemenda, a Subemenda nº 01 à Emenda nº 06. Como Relator, quero registrar aqui que o nosso Prefeito está correto no veto que fez. Por que, Ver. Alex e, essencialmente, Ver. Cassiá Carpes? A Emenda nº 01, que está vetada, propõe que se aplique, em quatro anos, R\$ 15 milhões para a duplicação da Av. Vicente Monteggia, e a Emenda nº 02, não vetada, destina recursos para a elaboração do projeto. Portanto não é possível por lei, a Lei nº 4320, destinar recursos para uma obra que nem sequer projeto tem. No caso, foram destinados R\$ 15 milhões. Será que essa obra vai custar R\$ 15 milhões, R\$ 20 milhões ou R\$ 100 milhões? Está correta a ação de manter a Emenda nº 02. Porque, com a Emenda nº 02, Ver. Alex, nós vamos elaborar o projeto e, uma vez elaborado o projeto, aí vamos saber quanto custará a obra, e se buscarão recursos para a execução da obra. Por isso fui pela manutenção do veto. Como estava no mesmo veto a Subemenda nº 01 à Emenda nº 06, e falou aqui o Ver. Oliboni, que aumenta recursos para HIV e etc., que passa de 57% para 60%, até 70%, falei com o Ver. Oliboni de nós votarmos em dois momentos. Votarmos, primeiro, a Emenda nº 01 e mantemos o veto; depois a Emenda nº 02, e a nossa proposta é manter a emenda. Acredito que, com isso, venceremos, e vence a cidade de Porto Alegre. É claro que todos nós queremos obras, mas, para mantermos a Emenda nº 01, temos dificuldade inclusive legal.

O Sr. Prof. Alex Fraga: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Muito obrigado pelo aparte, Ver. Ferronato. No ano passado, no retrasado, estive reunido com técnicos da nossa EPTC, e eles têm um projeto elaborado, concluído, mas dizem que não dispõem de recursos orçamentários ou dotação orçamentária para a efetivação da obra. Mas o projeto existe.

O SR. AIRTO FERRONATO: Mas não é um projeto executivo final, é um projeto inicial. Eu acredito assim: vamos elaborar um projeto, que é o primeiro grande passo para a duplicação da Av. Vicente Monteggia e de uma série de outras obras de duplicação pelas quais todos nós lutamos. Eu, por exemplo, moro muito próximo da Estrada do Caminho do Meio, e faz décadas que se busca essa duplicação também. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLE nº 007/17, com Veto Parcial.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, a mais suja das armas de uma batalha é a antibatalha, principalmente a difamação, principalmente requestrar notícias. Eu sofri isso numa eleição que disputei em 2014, quando fui candidato a Deputado Federal. Requestravam, semanalmente, que eu estava cassado. Agora requestram a notícia de que fui cassado. Requestram a notícia, na tevê, no rádio, dizendo que o Ver. Janta foi cassado, uma notícia que saiu num processo lá em julho. Uma Juíza de 1ª Instância diz que fui cassado, por causa de uns *outdoors*, no ano retrasado, sobre o *impeachment*, como o que eu botei agora para o Temer. E vou botar outro em seguida, pedindo outro *impeachment*.

Hoje entrou aqui nesta Casa, Sr. Presidente, nobres Vereadores, um pedido de *impeachment* do Prefeito de Porto Alegre – foi um pedido dos taxistas de Porto Alegre.

(Manifestações das galerias.)

O SR. CLÁUDIO JANTA: Eu quero ver a imprensa divulgar isso, porque hoje faz 30 dias que o Prefeito abriu mão de receita, não cobrou TGO, não cobrou ISSQN dos aplicativos

de Porto Alegre, alegando que espera ser votada uma nova lei aqui. Só que foi votada uma lei que tem prazo de um ano, e o Prefeito já era para ter cobrado a TGO, já era para ter cobrado o ISSQN! Aí vai para o OP, para a rádio chorar que não tem dinheiro, mas não cobra dinheiro de quem tem que cobrar! Aí vão requentar notícia velha, de que eu fui cassado, de que eu fui impugnado, como requentam, de vez em quando, notícia do Ver. Mauro Pinheiro, de que foi cassado, de que o Ver. Mauro Pinheiro tem que devolver não sei quantos milhões...! E, daqui a pouco, requentam notícia de que o Presidente Cassio também – que foi reeleito Presidente desta Casa, que foi reeleito Vereador – de que cassado. Mas vão requentar marmita, pelo amor de Deus! Eu estou aqui com o voto do povo. E, mesmo cassado, na outra eleição eu fiz 45 mil votos.

Que papo furado é esse? Acham que, requentando essas notícias, vão me calar?! Acham que, requentando essas notícias, vão botar mordaça na minha boca? Pelo contrário, soltaram o pit bull! Pelo contrário, podem requentar a notícia que quiserem, podem espalhar o que quiserem, eu estou tranquilo – tranquilo mesmo. Algumas pessoas me dizem: “Mas tu ajudaste a eleger este Prefeito”. Ajudei, ajudei. No plano de governo dele, o Prefeito disse que ia valorizar o servidor público, e eu votei neste projeto: valorizar o servidor público. (Palmas.) No projeto, ele dizia que não ia tirar a segunda passagem, eu votei nesse projeto; no projeto, ele dizia que não ia aumentar impostos, eu votei nesse projeto.

Aí depois disseram que eu ia tirar uns quatro filiados do meu Partido que estão no Governo, mas eles estão lá porque eles preencheram o Banco de Talentos, eles estão lá porque foram lá. Mais de 50, 60 filiados do Solidariedade – tem mais de 6 mil em Porto Alegre – foram lá no Banco de Talentos. Então, se esses quatro ou cinco companheiros meus saírem do Governo por causa das minhas posições aqui na Câmara, é porque esse Banco de Talentos é fraudulento. São competentes, foram capazes. Mais de 50 foram lá no Banco de Talentos e preencheram formulários, e só os quatro, com mente brilhante, foram chamados. Então, aí o papo vai ser outro, aí vão ter que explicar essa questão do Banco de Talentos para o Ministério Público, para a Justiça, explicar como funcionam essas coisas. Quero dizer que, para o Governo, algumas coisas o Vereador pode fazer, outras não; o Vereador pode atropelar o Regimento e votar os projetos que o Governo quer.

Então, acho que o Ver. Cassiá quer discutir a Av. Vicente Monteggia e botar uma receita lá, eu fiz isso para abrir os postos de saúde 24 horas, eu fui botando receita para depois não vir desculpa de que não tinha dinheiro. Eu acho que nós temos que derrubar este veto, manter o dinheiro lá e fazer o que tem que fazer. O Ver. Aldacir Oliboni está tratando de uma questão crucial, que é a saúde. Então, eu acho que nós temos que encaminhar para derrubar esses vetos parciais, porque o projeto teve várias outras emendas, e, se a coisa é ilegal para uma, é ilegal para todas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLE nº 007/17, com Veto Parcial.

O SR. DR. THIAGO: Ver. Cassiá, eu quero hipotecar a minha solidariedade e meu voto à sua emenda, porque acredito que, naquelas vias exauridas do Sul e Extremo-Sul da Cidade, todos os esforços que pudermos fazer em nome das suas duplicações, todos devem ser feitos.

Eu espero que não tenha se tirado o quórum, eu acredito na presença dos Vereadores e Vereadoras para podermos continuar votando hoje à tarde, Ver. Cláudio Janta. Eu acho que é importante a votação disso, assim como eu vejo como importante a votação dessa moção para retirar os projetos versando sobre os servidores. (Palmas.) O que é uma modelagem diferente do que foi feito na semana. Na semana, nós fizemos um requerimento, uma solicitação, um pedido. Agora, estamos encaminhando, dentro do rito da Câmara, dentro da possibilidade do pedido de um indicativo, que é o que mencionam o Regimento e a moção, para que, oficialmente, possa ser apreciado pelo conjunto dos Vereadores de forma transparente, para que possamos ter as posições de cada um.

Com relação à sua emenda, Ver. Aldacir Oliboni, eu quero dizer que é extremamente meritório também. Porto Alegre é a Capital brasileira dos casos de AIDS e tuberculose. A coinfeção está presente e cada vez avança mais em termos de prevalência. “Ah, mas é pouco recurso”. Eu vou citar um exemplo: há cerca de duas semanas, veio consultar comigo uma paciente com tuberculose e HIV, lá na Restinga. Eu perguntei como é que ela estava tentando fazer o tratamento. Ela me disse: “Olha, doutor, eu venho todos os dias da Restinga até o Centro de Saúde Modelo de ônibus”. Paciente bacilífera vir de

ônibus, transmitindo o bacilo de Koch dentro do ônibus, dentro da coinfeção! Eu perguntei: “Mas nós temos um hospital aqui, o Hospital da Restinga, por que tu não fazes o tratamento ali?”, “Olha, doutor, porque não tem tratamento para doenças infectocontagiosas”, “Mas como? Eu vi anunciado aos quatro cantos que a única especialidade que teria no Hospital da Restinga, pela prevalência, era a das doenças infecciosas! Vou ligar para lá”.

Liguei para o Hospital da Restinga, falei com o pessoal da saúde: “Por favor, me contata com a médica, eu quero conversar com ela”. Perguntei a ela: “Mas não se faz tratamento de HIV e tuberculose, que são as duas patologias mais prevalentes na Restinga, infecciosas? Não se faz aí? Certamente, deve se fazer, como é que se faz para encaminhar as pacientes?”. Ela respondeu: “Não, Thiago, no Hospital da Restinga, não se faz”. Por quê? Qual é a justificativa para a Secretaria Municipal da Saúde, para a Secretaria Estadual da Saúde não delegarem ao Hospital da Restinga a possibilidade de fazer o tratamento dos pacientes de HIV e tuberculose mais próximo das suas casas? Depois de muita conversa: “Olha, Dr. Thiago, eu vou lhe abrir o jogo: falta uma janela aqui”. Falta uma janela, Ver. Oliboni! Eu vou trazer a janela e levar para o Hospital da Restinga, para que a Prefeitura possa se dignar, e própria Secretaria, a delegarem o tratamento aos pacientes tuberculosos e HIV positivos aqui no hospital para diminuir a transmissão que essas pessoas, infelizmente, acabam fazendo pelo deslocamento inadequado em ônibus estando doentes. Isso é básico em saúde pública! Por tudo isso, Ver. Oliboni, sua emenda é meritória e votaremos a favor dela. Pode ter certeza disso. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLE nº 007/17, com Veto Parcial.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Presidente, Srs. Vereadores, colegas, primeiro, quero que os colegas entendam que os vetos precedem qualquer votação, eles trancam a Pauta, por isso o tema de vocês não é o central nas falas. Mas, quando se discute o Plano Plurianual, ou seja, o planejamento para quatro anos – são dois vetos a duas emendas; na verdade, as nossas emendas não passaram nesta Casa, apenas uma emenda à subemenda do Ver. Oliboni –, é preciso discutir os destinos da Cidade. Nós votamos

contra o Plano Plurianual, porque é um absurdo que ele venha para esta Casa sem a discussão com a cidade de Porto Alegre, com ninguém! O Prefeito, na sua arrogância, acha que substitui a cidadania, substitui o Orçamento Participativo, substitui os conselhos e faz um Plano Plurianual para quatro anos, da sua cabeça!

Aliás, não foi da sua cabeça, foi a tal da Comunitas, que a Justiça, que o Ministério Público mandou cancelar o convênio, porque era ilegal, imoral, e esse, sim, deve ser um dos motivos para o *impeachment* do Prefeito, porque ele, senhores, senhoras, fez um convênio que nós denunciemos aqui e no Tribunal de Contas, porque era para ser voluntário. Só que a Comunitas tinha computador, telefone, *e-mail*, móveis confortáveis, ergométricos, um monte de contrapartida usando os dados públicos, uma instituição privada, ligada ao PSDB e que estava planejando a Cidade e que fez os projetos que estão atingindo a categoria. Não pensem que esses projetos foram feitos por técnicos, pelos nossos colegas ou em discussão com alguém, Ver. Cássia, foram feitos por essa tal de Comunitas, que é uma vergonha! Uma instituição privada, do PSDB, atuando dentro da cidade de Porto Alegre! Uma lógica privada para atingir o funcionário. Nós apoiamos qualquer CPI e projeto de *impeachment*.

Eu quero dizer para o Simpa e para as entidades solicitarem em cima dos dados, dos números da Prefeitura. Eu vou fazer uma pergunta para vocês – é só comparar, gente! Qual é o mês que ele começou a parcelar salário? Final de maio, não é? Parcelou dois dias, porque a Justiça mandou ele casar, e ele casou no seguinte, dois dias depois. A receita do mês de maio, pasmem, era R\$ 1 milhão menor que a do mês de agosto, e ele parcelou salário em agosto! Se entrou mais dinheiro em agosto, e ele parcelou salário, do que em maio, que ele pagou em dois dias, gente! Não é a prova do crime? Do crime de parcelamento? (Palmas.) Não é a prova de que ele está desobedecendo a Justiça!? Se vocês pegarem o valor de fevereiro, que ele não parcelou salários, foi de R\$ 483 milhões a receita – é o portal da Prefeitura, Camozzato. No mês que ele parcelou salário, junho, R\$ 463 milhões; agosto R\$ 476 milhões – R\$ 4 milhões a menos! E ele precisava parcelar salário? Isso é criminoso, descumprindo a Justiça, tomando multa contra a Prefeitura e parcelando de propósito!

Essa é a vontade, Vereadores e Vereadoras – os últimos que sobram aqui –, porque vejo que o Governo está operando aqui, gente, para não aprovar a Moção, tirando quórum e esvaziando, ameaçando Vereador. Olhem bem como está o plenário aqui. Porque ele

comete crime e quer que as pessoas passem a mão por cima de um crime dessa brutalidade, Ver. Oliboni, que, por exemplo, bota a saúde em greve! E nós votando aqui uma emenda para combater HIV! E a greve na Saúde está forte, indignada, por esses crimes, por esse desrespeito! Isso é o Prefeito que pode seguir dirigindo esta Cidade?! Nós não aceitamos! E eu informo que sexta-feira o Tribunal de Contas pediu dez dias para ver o que já está na Internet. Ver. Cassio, os números nos dizem, tem mais receita do que nesse que não parcelou. O Tribunal de Contas pediu dez dias, tudo bem, sexta-feira tem que sair o relatório técnico do Tribunal de Contas. Eu acho que, se ele tentar mudar os números, aí é demais.

Tenho certeza de que vamos ter prova para provar que ele comete crime, crime de improbidade porque as multas são contra a Prefeitura e crime de responsabilidade porque ele parcela de forma violenta e criminosa para alterar o que ele quer alterar, para provar o que ele quer aprovar. Não será em cima de nós! Não será em cima da cidadania! Não em cima da justiça! Não em cima da luta dos municipais! Fora Marchezan! Fora Marchezan! (Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 007/17, com Veto Parcial.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, são poucos neste momento, servidores, servidoras, cidadãos, cidadãs, nós estamos fazendo uma discussão seriíssima aqui sobre o Plano Plurianual. Falo que é uma discussão seriíssima porque as senhoras e os senhores poderão verificar o voto no projeto Plurianual que dei e a declaração de voto. Na época eu dizia: “Isto é uma peça de ficção”. Eu dizia mais, como disse agora na LDO: “É uma ópera bufa”, ou seja, não é sério porque foi feito o rol de prioridades que não casa, que não tem sintonia, que não tem vinculação com a prática, a realidade fática do dia da dia da Prefeitura. Eis as questões! Eu quero dizer para as senhoras e para os senhores, quando o Líder do Governo lê aqui o rol de projetos que devem ser priorizados, no momento em que nós estamos discutindo a situação gravíssima, a paralisia da Cidade em todos os sentidos, é inaceitável, é intolerável.

O Vereador antes já explicou o projeto dos táxis, o projeto é errado de A a Z, desconhece a realidade. Nós, como disse o Janta, estamos articulando na Comissão de Constituição e

Justiça, de comum acordo, não tem Vereador que sabe mais, que é o grande líder desta ou daquela categoria, já mostramos isso no tema do táxi. Nós vamos fazer juntos – juntos – a melhor proposta, porque é para a vida das pessoas. As senhoras e os senhores deveriam ouvir, ver o que foi falado aqui na semana passada sobre esse tema. Ontem, a mesma coisa sobre os aplicativos. Nós já rejeitamos questões da nova lei que vem, já está em vigor a lei, deve ser cobrada a taxa, não foi cobrada a taxa, portanto está faltando dinheiro. Nós estamos dando as condições.

Eu vou encerrar sem usar os cinco minutos. É intolerável esse negócio de colocar a culpa de tudo na Câmara. Eu vi, infelizmente, pessoas escrevendo nas redes sociais que a decisão é da Câmara. Mas me tirem fora! Eu sou um dos 36, mas estou fora, eu cumpro o meu papel como Vereador pelo voto do povo que eu tenho. Agora, quem tem a responsabilidade de governar, de executar é a Prefeitura, é o Prefeito. A Câmara legisla, aqui é outro poder. Tem coisas que o Ministério Público, que é parte do Executivo Estadual, e a Justiça, que é um outro poder, eles têm que fazer a sua parte e também não fazem, diga-se de passagem. Aqui tem uma CPI, sou o relator, o Tribunal de Justiça não veio à CPI. Eles se acham superiores a nós. Nós, não; nós respeitamos o povo, nós fizemos as leis e derrubamos os vetos do Executivo quando tem que ser. Acabamos de derrubar um e derrubaremos o segundo hoje à tarde. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLE nº 007/17, com Veto Parcial.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa tarde a todos e a todas, eu quero cumprimentar a Ver.^a Sofia, minha companheira de bancada, porque fez uma fala aqui, servidora pública que é, e expressou o grito que está preso na garganta de cada um de vocês que está aqui, porque não é de agora, essa greve foi deflagrada como última alternativa, depois de uma série de ataques que vem do próprio Prefeito pelas redes sociais, que adora fazer vídeos, fazer *selfies* e que responde por ali o que deveria responder com diálogo, com conversa, com entendimento. E fico até espantado com a ação do Governo neste momento, que fez esvaziar o plenário; nós, visivelmente, se tivermos uma contagem de quórum, já não teremos quórum suficiente para seguir a Sessão. Isso mostra – e é

importante que todos prestem atenção nisso – ainda a força do Governo em conseguir convencer Vereadores a saírem do plenário. Apesar das últimas derrotas, como foi o caso do IPTU, por ampla maioria, e acabamos de derrubar aqui o veto do Prefeito, não quer dizer que o Executivo não tem a sua força e não possa influenciar Vereadores e Vereadoras aqui desta Casa.

O Ver. Cláudio Janta: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Estão vou sugerir aos colegas Vereadores aqui e a todos vocês municipais que, a partir de hoje, em função do que está acontecendo aqui, fiquem de olho no Diário Oficial do Município, porque talvez a resposta do que está acontecendo aqui esteja no DOPA desta semana, no DOPA de sexta-feira ou no DOPA de segunda-feira, as nomeações através do ex-banco de talentos. O Banco de Talentos é quente, foi feita a seleção!

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Obrigado, Ver. Janta. Este mesmo Governo que anunciava que faria uma redução de CCs, e lembro-me aqui da chamada reforma administrativa, não aceitou passar a nossa proposta que justamente reduzia a quantidade de CCs no Município. Então, é importante essa atenção de todos, porque nós temos um Governo que está fragilizado pela falta de diálogo, pela postura que o próprio Prefeito tem com os seus mais próximos. Infelizmente, ontem, na reunião com o Vice-Prefeito – quero aqui saudar a ação da Ver.^a Mônica Leal, podemos ter divergências ideológicas profundas, mas ela conseguiu ontem uma reunião com o Vice-Prefeito Paim –, notamos que o Vice-Prefeito também não tem tanta disposição para o diálogo, entendia – tenho todo respeito pelo Vice-Prefeito – que a retirada dos projetos era uma derrota para o Governo, quando, na verdade, neste momento, mostra justamente o contrário: a disposição para dialogar. Seria uma vitória do Governo retirar os projetos, e não uma derrota.

Então, a gente sabe que é um Governo que ainda terá três anos e tanto pela frente, é importante para a Cidade, a não ser que o Governo não tenha ideia nenhuma sobre o que está acontecendo na Cidade, que é uma greve massiva dos servidores do Município. Talvez não atinja diretamente o Prefeito, o Vice-Prefeito, os seus Secretários, talvez eles não dependam dos serviços públicos da Cidade, mas a grande maioria da população depende e está precisando que essa greve termine. Então, isso não tem nada a ver com

crise financeira, com recursos, tem a ver com disposição para o diálogo, e isso se faz retirando os três projetos. Eu queria dizer que até agora não se falava seriamente em *impeachment*, eu acho que, daqui para frente, essa é uma palavra que será dita muitas vezes. E deve-se respeitar, ainda que o Prefeito tenha sido eleito com pouquíssimos votos: é bom lembrar que os nulos e abstenções superaram amplamente. É um Prefeito eleito com baixíssima legitimidade na Cidade, mas foi eleito, não se deve quebrar as regras do jogo democrático, como se fez com a Presidenta Dilma. Mas eu quero lembrar que o Marchezan é um Prefeito golpista, que apoiou o golpe da Presidenta Dilma, portanto poderá experimentar do seu próprio veneno, do golpe que fez, e sair através do *impeachment*, sairá por força dos seus próprios erros e do seu próprio autoritarismo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLE nº 007/17, com Veto Parcial.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Boa tarde. Na Câmara de Vereadores, nós, agora, especificamente, estamos discutindo os vetos do Prefeito Marchezan a importantes propostas do Ver. Cassiá, que é do PP, e do Ver. Oliboni, mostrando que o Prefeito Marchezan não tem nenhuma linha de diálogo na Câmara de Vereadores. Isso tem importância porque aqui são 36 Vereadores. Eu, muitas vezes, sou acusado de ser radical, mas aqui, quando nós estamos diante de 36 Vereadores e Vereadoras, cuja responsabilidade é decidir questões que têm repercussão na vida de centenas de milhares de pessoas, o nosso objetivo não é fazer uma disputa ideológica, não é meramente marcar posição, mas, no caso específico dos ataques aos direitos dos servidores públicos municipais, o nosso objetivo é conquistar a maioria dos Vereadores para o nosso lado. Isso é possível!

Eu quero deixar claro que o Governo vai atuar. O Janta tem razão que o Governo vai atuar. O Governo já está atuando, mas não tem ainda a maioria dos votos, tanto não tem a maioria dos votos, que não coloca os projetos para votar; se já tivesse a maioria dos votos, o Governo colocaria os projetos para votar. O impasse é que nós, talvez, também, ainda não tenhamos, e nós não queremos prescindir de nenhum Vereador. Eu não dou

nenhuma importância para a ausência de determinados Vereadores. Por exemplo, eu não estou vendo aqui os Vereadores da Bancada do PDT, mas eles vão estar conosco; o Ver. Mauro Zacher, eu sei que está conosco, ele fez vários discursos contra os projetos do Marchezan, eu não tenho dúvidas de que nós vamos ter a Bancada do PDT coesa! Isso tem muita importância! O Bosco não estava aqui e fez questão de dizer que assinava o manifesto que foi levado ontem para o Vice-Prefeito Paim. São três do PDT. Nós precisamos de gente, de Vereadores da Bancada do PMDB, e eu tenho certeza de que nós vamos ter vários Vereadores da Bancada do PMDB. Quem escutou o Ver. André Carús aqui sabe a importância das intervenções dele.

Alguns projetos são mais difíceis para o Governo. O projeto do DMAE, por exemplo, o Governo precisa ter 24 votos. Eles não vão ter 24 votos, eu estou seguro disso, estou convencido que se pode derrotá-lo. Mas é preciso mais do que só o do DMAE, é preciso derrotar todos os projetos. Então, nós, do PSOL, apostamos que o eixo para determinar a relação de forças da sociedade é a capacidade de os trabalhadores municipais realizarem uma forte greve e a capacidade de os trabalhadores municipais serem escutados e serem apoiados pela população pobre e pela classe média da cidade de Porto Alegre. Isso é o que está em jogo! Está em jogo ganhar a maioria da Cidade para isolar o Prefeito Marchezan, esse é o desafio que está posto para a categoria.

Agora, na Câmara Municipal, o desafio que está posto para os Vereadores e Vereadoras que querem fazer com que os projetos que atendam os interesses da Cidade e dos municipais sejam vitoriosos é conseguir os 19 votos e é impedir que o Governo tenha maioria, e é isso o que nós estamos fazendo. Por isso saudamos o máximo de unidade, com todos os Vereadores e todas as Vereadoras, independentemente de partido, porque, neste caso específico, o que interessa é o voto; nas articulações, eu só estou assistindo e participando, as articulações para impedir essa vitória do Governo, estão sendo feitas por muitos Vereadores e muitas Vereadoras de vários partidos. Então, ninguém é proprietário dessas articulações, ninguém é o mentor dessas articulações, até porque é muito fácil fazer esse tipo de articulação, porque é uma questão matemática: nós necessitamos 19 votos, e o Governo necessita de 19 votos. É disso que se trata. Vocês podem ter certeza de que qualquer Vereador que junte dois neurônios e de que esteja a favor dos municipais, na hora em que ele estiver convencido de que ele tem 19 votos, vai defender que seja votado imediatamente. Esse é o cálculo político que deve ser feito

entre os Vereadores. O cálculo político e a tarefa política que está posta para todos os municipais, obviamente, é ter o máximo de unidade, o máximo de coesão e ter a ideia da luta até a vitória, porque essa é a luta que pode ser conquistada.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni solicitando que seja votada em destaque a Subemenda nº 01 à Emenda nº 06 ao PLE nº 007/17, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) 16 votos **SIM**. Declaro nula a votação por falta de quórum deliberativo.

(16h43min) Encerrada a Ordem do Dia.

O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores, as dificuldades de caixa são públicas, são notórias. Os erros das Administrações me parecem que são inequívocos, dos quais, inclusive, nós – eu acho que é preciso ter coragem para assumir responsabilidade – tenhamos, quem sabe, feito parte. Eu, num determinado momento, um tempo atrás, tinha criticado a criação da SMPEO, por exemplo, publicamente. Dizia que a SMPEO tinha acrescentado só com a sua criação R\$ 75 milhões por ano às despesas da Prefeitura. A Câmara também tem que fazer a sua mea-culpa porque, num determinado momento, nós cedemos às pressões. Primeiro, dos meus queridos colegas advogados da PGM, criamos uma gratificação. Depois, em seguida, dos servidores da Fazenda, criamos mais uma gratificação. Depois, houve o capacetaço, e, por uma questão de justiça, como já se tinha dado para uns, vão dar para os outros, e aí também se criou a GAM. E aí também se foram aprofundando as diferenças entre as diversas categorias do serviço público. A forma de corrigir isso, eu já disse algumas vezes, seria um novo plano de carreira, uniformizado para todo mundo; seria, em primeiro lugar, passar a régua nessas questões das gratificações, que são diferentes. Porque eu vi, como Secretário de duas Secretarias, que muita gente queria ir para a Fazenda, por exemplo, para ganhar de R\$ 2 mil a R\$ 3 mil a mais do que ganhava na sua Secretaria, eu acho que isso é legítimo, é óbvio. Bom, aí chegou o atual Governo, e nós nos deparamos com essa questão, com esse impasse que está hoje aqui, que

redunda na greve de vocês. Como disse o Ver. Cláudio Janta, não é uma greve por aumento de salário, na medida em que nós mesmos, inclusive com o meu voto, votamos pela continuidade da reposição, pelo menos da inflação, que, para mim, não é aumento, para mim é uma questão básica de dignidade, de justiça.

(Manifestação nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Por outro lado, eu disse aqui no outro dia que algumas coisas... Eu nunca me movi por aplausos da plateia, embora a gente goste obviamente. Mas, quando eu tenho que falar alguma coisa que não agrada, mas que vai ao encontro da minha consciência e das minhas convicções, eu também falo e não tenho medo de tomar vaia – em vários momentos, eu tomei vaia aqui. Eu sempre disse que fui favorável em tese ao processo da meritocracia, porque quem paga o nosso salário, nosso, dos Vereadores, e de vocês é o cidadão contribuinte – são 1,5 milhão de porto-alegrenses que pagam seus impostos para nos sustentar. Então, eu sempre desejei que o serviço público fosse o mais eficiente possível, que esse dinheiro do cidadão, de fato, fosse bem gasto com o um servidor que é bem pago, sim, mas que, por sua vez, faça o seu trabalho. Então, em tese, eu concordo com a ideia de nós termos meritocracia.

Bom, dito isso, não é o que está se apresentando aqui, porque, se eu vou tirar a RTI, que no mais da vezes representa 50% do salário de todo mundo, eu tenho que ter critério para isso. Qual o critério? Se simplesmente me disser, como agora, que nós vamos retirar, para mim não tem nada de meritocracia, tem simplesmente em fazer caixa em cima do salário do servidor público tirando, com uma manobra, metade do salário das pessoas. E não serve, para mim, Prof. Alex, não porque é o Marchezan hoje, porque pode ser o PSOL amanhã, e, se alguém hoje pode, por uma questão, ter metade do seu salário retirado, amanhã pode outro, por alguma outra questão, também ter metade do seu salário retirado porque o governo A ou o governo B não simpatiza com alguém, ou não vai ao encontro das ideias de alguém. Então, para mim tem que ter critério. Eu até poderia votar favoravelmente se ficassem claros os critérios de quem ganha a dedicação exclusiva, de que forma ganha e como pode ser retirado de alguém o regime de dedicação exclusiva. Se isso não ficar claro, como de fato não está, eu não posso apoiar.

Por último quero dizer que, na minha última fala aqui, eu reclamei que não havia chegado um Pedido de Informações que havia feito à EPTC. Registro que este Pedido de Informações chegou, eu o recebi ontem aqui. Eu agradei ao Vice-Prefeito, ao Prefeito, ao Secretário Soletti, embora eu não tenha que agradecer, porque, na verdade, é obrigação deles, e dei publicidade a isso nas minhas redes sociais, e as pessoas me agradeceram, mas também ninguém tem que me agradecer porque não é nada mais nada menos do que a minha obrigação como Vereador pedir esse tipo de informação e torná-la pública. Agora o que pude ver aqui, e que vou aos poucos prestando conta, é que nós temos 553 mil multas de trânsito aplicadas em Porto Alegre, nos últimos 12 meses. Nós tivemos, nesses últimos 12 meses, no período do Governo Fortunati, no ano passado, R\$ 24 milhões arrecadados em multas e, nos primeiros 6 meses deste ano, R\$ 36 milhões aplicados em multas, e se seguir essa tendência, este ano duplica o valor das multas aplicadas. A partir de maio deste ano, nós tivemos um crescimento exponencial na aplicação das multas. Neste momento, infelizmente, eu não tenho tempo para abrir esses dados aqui, mas aos poucos vou abrindo esses dados para nós vermos de forma clara e inequívoca que há, infelizmente, uma política arrecadatória em cima das multas de trânsito. E aquilo que deveria ser a missão do agente de trânsito da empresa pública, que é, em primeiro lugar, uma tarefa educativa e orientadora para o trânsito, se transformou apenas numa ferramenta e num instrumento de acaque, e me desculpem dizer isso, e de tirar o dinheiro tão sofrido do bolso do nosso cidadão e do nosso contribuinte. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde, hoje é um dia interessante e especial no Partido NOVO, foi concedida a liminar que diz respeito ao projeto de regulamentação dos aplicativos de transporte na cidade de Porto Alegre. O Partido Novo entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, no dia de ontem, por considerar que a legislação que regulamentaria os aplicativos na Cidade apresentava algumas falhas, por conta de uma

discussão que foi ocorrida, originada há alguns meses, quando o mercado não estava amadurecido como nós vemos hoje.

Para retomar o debate naquela época, no final do ano passado, foi aprovada a Lei dos Aplicativos: Uber, Cabify, 99Pop, enfim. Estive nas audiências públicas desde o princípio, estive até falando enquanto cidadão no Gigantinho, na ocasião da audiência pública que a Câmara organizou lá. E, naquele momento, era muito difícil aos legisladores, à Câmara Municipal saber como o mercado e a sociedade porto-alegrense se comportaria, já que, na época, primeiro, só havia o Uber, que ainda era uma novidade para a população, era uma novidade, inclusive, para o Poder Público como reagir a uma nova tecnologia.

Então, vocês todos se recordam, estava muito tensionado o clima, estava uma questão bastante grenalizada entre táxis e aplicativos, e ficou muito difícil legislar. E, no final das contas, ao final do ano passado, acabou sendo aprovada uma legislação bastante restritiva, com diversas falhas, quando olhamos para países-referência, para capitais onde existem diversos modais de transporte, onde existe um tratamento à tecnologia muito mais avançado, porque tínhamos alguns conflitos.

É por isso, o Decreto que foi feito em março deste ano deu 180 dias para iniciar a regulamentação e, desde que venceu esse prazo, a Prefeitura não iniciou a fiscalização, gerando uma série de inseguranças, tanto para quem trabalha nesse segmento, quanto para a população de Porto Alegre, que não saberia com o que contar e como contar.

Da Lei, o que é importante destacar que acabou sendo aprovado é que, primeiro, ela obrigava que somente placas de Porto Alegre pudessem trabalhar no nosso Município, o que certamente desfavorece diversos empreendedores que estão desempregados e que moram na região de Canoas, Gravataí, Alvorada e Viamão e que acabam, eventualmente, trabalhando na Cidade. Ou seja, você exclui pessoas mais pobres que tinham ali uma chance de trabalhar como motorista no aplicativo e acabavam ficando de fora.

Outra questão é que a taxa era fixa mensalmente, o que fazia com que muitas pessoas usassem como complemento de renda, trabalhando poucas horas na semana, tivessem que pagar uma grande quantia mensalmente independente de quanto elas trabalhassem, inviabilizando esse complemento de renda.

Um terceiro ponto que consideramos errôneo é que o pagamento era somente com cartão, impedindo o pagamento com dinheiro.

Ora, no Brasil, nós não temos mais do que 30% da população detentora de cartão de crédito, somos um País pobre ainda, infelizmente. Por que excluir pessoas mais humildes do uso de diversos modais de transporte, seja trabalhando nisso, seja pedindo o Uber num momento mais tarde, quando o ônibus não lhe atende, por ser madrugada, por exemplo, a um bairro mais distante? Então, não podemos elitizar opção de transporte que nem fizemos nessa legislação.

Por último, elitizamos também os carros, nós acabamos determinando um tempo de fabricação para os veículos bastante curto, seis anos, quando os veículos de seis, sete anos, que estão em excelentes condições, às vezes muito melhores do que os nossos próprios carros, acabaram inviabilizados pelo projeto.

Existia uma clara violação de sigilo, tanto para o passageiro, que era transportado por aplicativos, quando também pelo motorista, porque há qualquer momento a Prefeitura poderia requerer as informações de para onde estavam indo, o que estavam fazendo, quem era o motorista. Portanto, no que diz respeito à liberdade do indivíduo e da população de Porto Alegre, achamos por bem, enquanto Partido Novo, entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade para defender a liberdade da população de Porto Alegre de empreender e ser transportada como bem quiser e trabalhar também nesses aplicativos e também para que a gente possa ter mais modais de transporte na Cidade. Muito obrigado. Fica aqui o meu registro, comemorando esta vitória.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos à

PAUTA

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, prezados colegas; não saiam com a sensação de frustração, hoje vocês hoje pautaram mais uma vez este Legislativo, pautaram a Cidade, estão chamando atenção da Cidade de que há um predador à frente da Prefeitura de Porto Alegre.

Nós estamos terminando esta tarde de debates, esse é o último momento, e, na discussão preliminar de Pauta, está o tema do patrimônio cultural de bens imóveis. E eu tenho que me ater em alguma questão e gostaria de discutir um pouquinho mais sobre este tema do IPTU, que eu sei que os municipais não se envolveram, não se envolveram de maneira sábia, porque a Câmara aqui estava muito dividida, o Governo Municipal não quis discussão com ninguém, tinha muita dúvida, E um dos temas que acabou sendo aprovado foi a isenção do IPTU, na discussão do projeto do IPTU, para todos os imóveis listados como patrimônio cultural. Essa foi uma das razões pelas quais o PT votou contra o projeto – uma das –, porque a nossa Bancada sempre defendeu que, sim, imposto justo na medida certa, necessário, porque nós temos que financiar a política pública. Nós não defendemos o estado mínimo, e o IPTU progressivo a nossa Cidade já teve. Hoje, todos pagam a mesma alíquota de 0,85%, mesmo os que moram muito bem e moram no centro da Cidade. Então, o projeto inicial do Governo tinha um sentido interessante. Ele diminuía as alíquotas para quem mora longe, para quem tem casa mais pobre ou mora em zonas mais degradadas. E nós insistimos, nós queríamos votar, se nós pudéssemos aumentar as alíquotas dos mais ricos e dos vazios urbanos. E trabalhamos como bancada, mesmo sendo de um Governo predador desta Cidade, de quem não dá para se confiar, arrogante e que está suprimindo democracia. Se nós avançássemos por um projeto de justiça tributária, nós votaríamos, porque queríamos ajudar a financiar a Cidade de Porto Alegre. Mas não foi possível, muito pela falta de discussão e de transparência e falta de diálogo com o funcionalismo. Ele passou os primeiros seis meses construindo com os técnicos e brigando com os servidores municipais. É nesses sentido que nós derrotamos o IPTU. Dizíamos: Prefeito, valorize os técnicos que trabalharam de forma séria no IPTU. Se tu queres bons projetos e permanentes para além do seu Governo, tem de respeitar a construção dos nossos municipais e municipais, porque eles têm a memória, o conhecimento e o trabalho que é necessário para um bom gestor fazer uma boa gestão. Nesse sentido, nem esse projeto avançou, porque um Prefeito de costas para a cidadania, de costas para o funcionalismo e para a participação popular é um Prefeito fadado a ser rejeitado e a ser retirado da Prefeitura. Não quero dizer, senhores, que, de novo, venham novos projetos sobre esse tema e outros tantos. E nós, com a seriedade que nossa bancada têm, assim o trataremos. Quero desejar aos funcionários municipais um bom final de semana. Queridos, queridas, amados e

valorosos, prevalecerá a justiça, a verdade, tenham certeza. Saiam com o coração tranqüilo de quem luta, porque só perdeu a luta quem nunca lutou. Quem luta já está vencendo. E nós venceremos.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Ver. Cássio Trogildo; colegas, cidadãos, cidadãs, vou levantar duas questões. Em 1ª Sessão de Pauta o PLCL nº 039/17, de autoria de Ver. Dr. Thiago, que revoga a Lei Complementar nº 601, de 23 de outubro de 2008, que dispõe sobre o Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Bens Imóveis do município de Porto Alegre. Vou propor ao Dr. Thiago que nós façamos, primeiro, um debate na Comissão de Urbanismo, já que é uma discussão tremendamente importante, Ver. Cássio Trogildo, porque a revogação de uma lei não é algo tão simples, vou pedir ao Ver. Cássia para que a gente possa fazer esse debate nessa Comissão. Acho tremendamente importante, porque essa lei tem muitos equívocos. Já começou inclusive na gestão do meu Partido, com uma listagem completamente absurda do 4º Distrito, porque eu fiz um estudo pormenorizado, quero inclusive anunciar aqui, tenho acompanhado a preocupação do Ver. Mauro Zacher na frente do 4º Distrito, e tenho absoluta certeza de que no sábado vou fazer um *tour* nesse bairro, onde mais uma vez nós vamos levantar elementos sobre a questão do Patrimônio Histórico e Cultural. Que só conhece o Patrimônio Histórico e Cultural quem efetivamente circula na Cidade, tem uma máquina fotográfica na mão e compara se esse é efetivamente um prédio a ser preservado ou não. Porque muitas vezes aquilo que é para ser preservado, não se preserva; e aquilo que não significa absolutamente nada, acaba prejudicando as pessoas. Mas não podemos fazer tábua rasa, nem 8 nem 80, é preciso discutir e discutiremos seriamente. O segundo ponto, o PLL nº 105/17, do meu colega Aldacir Oliboni, que cria a política municipal de artesanato. Ontem inclusive fui numa Feira de Artesanato do Mercado Público. Aproveitar, inclusive, convidar a todos para que até o final de semana vão ao Mercado Público participar da Feira do Artesanato. Nós precisamos de uma política pública municipal. A qualidade do nosso artesanato, com todo o esforço que é feito, ela bastante relativa, por quê? Porque

nós não temos um aperfeiçoamento das pessoas para esse fim. Quando fui Secretário da SMIC, fizemos uma parceria com a Heloisa Crocco, que nos ajudou imensamente com o pessoal da Praça da Alfândega. Que assim seja, Ver. Oliboni, um bom debate de política pública de artesanato, e que assim aceite o Ver. Dr. Thiago fazer um amplo debate na Comissão de Urbanização. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Não havendo mais inscritos para discutir a Pauta, está encerrado o período de discussão de Pauta e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h04min.)